

ROSTIDADE E MÁQUINA DE GUERRA: A FILOSOFIA DELEUZE-GUATTARIANA EM *SÃO BERNARDO*, DE GRACILIANO RAMOS

Elaine Maria Gomes de ABRANTES¹
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
elamar_pb@hotmail.com

George Patrick do NASCIMENTO²
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
geo.patrick@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as manifestações das categorias de Rostidade e de Máquina de Guerra, apontadas por Deleuze e Guattari (1996), nos personagens Paulo Honório e Madalena, da obra *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos. Estes personagens são, respectivamente, um proprietário de terras e uma professora, de maneira que os analisamos através dos efeitos de sentido que se situam na presença do rosto opressor e da máquina de guerra, através do combate entre essa máquina e a representação literária das relações de poder que são estereotipadas nos latifúndios brasileiros desde a época moderna. Abordamos o Brasil e as suas formações sociais através da ótica de uma literatura descolonial e psicológica de Graciliano Ramos. Procuramos, a partir do confronto entre algumas categorias da filosofia dos *Mil Platôs*, pensar comportamentos que compõem a formação humanística brasileira no romance em questão.

Palavras-chave: Rostidade; Máquina de Guerra; Relações de Poder; Latifúndio.

FACIALITY AND WAR MACHINE: A DELEUZE-GUATTARIAN PHILOSOPHY IN *SÃO BERNARDO*, BY GRACILIANO RAMOS

Abstract: The objective of this article is to analyze the manifestations of the concepts of Faciality and War Machine, created by Deleuze and Guattari (1996), in the characters Paulo Honório and Madalena, from the book *São Bernardo* (1934), by Graciliano Ramos. These characters are, respectively, a landowner and a teacher. We analyzed them through the effects of meaning that are the oppressive face and the war machine, through the combat between the war machine and the literary representation of power relations present, in a stereotype sense, in the Brazilian latifundium, since the modern times. We approached the Brazil and its social formations, through the optic of decolonial and psychological literature by Graciliano Ramos. We discussed, from the confrontation between some categories of philosophy of *Thousand Plateaus*, thinking behaviors that make up the Brazilian humanistic formation in this novel.

Keywords: Faciality; War Machine; Power relations; Latifundium.

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN); Linha de pesquisa: Discurso, memória e identidade.

² Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN); Linha de pesquisa: Texto literário, crítica e cultura.

1 Introdução

O presente artigo está organizado em seis seções, assim distribuídas: a *introdução*, em que constam os objetivos, as justificativas e as questões da pesquisa; a sessão da apresentação do escritor *Graciliano Ramos e sua obra*, que traz um apanhado da produção literária do mesmo; a seção sobre o personagem *Paulo Honório, o proprietário de terras* a quem se associa a categoria de rosto opressor, baseada na filosofia deleuze-guattariana dos *Mil Platôs*; seguida da análise da *personagem Madalena*, que encarna outra categoria importante dos *Mil Platôs*, a saber: a Máquina de Guerra; e, por último, a *conclusão*, na qual faremos um apanhado dos principais achados.

Dentre os seus diversos significados, entendemos que a literatura é uma das muitas formas artísticas de registro da criatividade de um povo em determinada época e local, atuando como inventário da cultura, reconstituindo modos de pensar que dificilmente se mostram em outro tipo de texto. Os estudos literários, através das correntes descoloniais, passaram a estimular novos estudos de identificação dos povos sob um novo olhar no objeto de análise. Nesse artigo, o foco está na noção de rostidade e de máquina de guerra aplicadas aos personagens Paulo Honório (proprietário de terras) e Madalena (professora), na obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

A literatura também tem um caráter de representação social e, ao longo do tempo, passou a oferecer aos povos das ex-colônias (realidade brasileira), pistas sobre a sua verdadeira identidade cultural, nitidamente marcada pelas relações de poder desde a colonização. Também as ciências sociais passaram a contribuir de forma mais efetiva nas análises e na representatividade dos “povos subalternos”, pois as análises passaram a representar não só a visão eurocêntrica, mas também se apresentaram como “a energia que não se deixa manejar pela lógica da colonialidade, nem crê nos contos de fadas da retórica da modernidade” (MIGNOLO, 2003, p. 27).

Segundo Ángel Rama (1989), mais especificamente na literatura brasileira, o contexto de pós-colonização foi refletido por autores como Gilberto Freyre, que, ao escrever o *Manifesto Regionalista*, procurou resgatar valores locais, em oposição aos estrangeirismos irradiados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entretanto, ainda mais evidente nesses discursos estava uma reflexão sobre os resquícios coloniais e a condição da cultura “nascente” brasileira. As mazelas sociais, sobretudo as misérias da seca nordestina,

foram temas constantes dos nossos autores nacionais na segunda fase do modernismo (idos de 1930), dentre os quais escolhemos, para análise, o escritor Graciliano Ramos.

2 Graciliano Ramos e sua obra

A geração do escritor Graciliano Ramos abordou com maestria as causas sociais de sua época, denunciando e criticando o antigo modo de pensar determinista, através do realismo, pelo qual demonstra que o homem estabelece relação com o meio em que vive, não sendo somente um produto da raça ou do momento, mas um ser que enfrenta constantes conflitos, inclusive consigo mesmo.

Graciliano Ramos publicou diversos livros, muitos deles se destacaram no cânone brasileiro e, principalmente, entre os romances regionalistas, a exemplo de: *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), *Vidas Secas* (1938), *A Terra dos Meninos Pelados* (1939), *Infância* (1945), *Insônia* (1947), *Memórias do Cárcere* – (publicação póstuma) – (1953). A matéria de seus romances era notadamente extraída do sertão nordestino, com as suas estruturas sociais e tipos humanos simples, mas que se fizeram psicologicamente complexos. Não há em Graciliano a intervenção do sentimentalismo, da objetividade dada facilmente, embora a fatalidade e o pessimismo sejam características marcantes nos tipos que descreve.

A crítica literária, por sua vez, costuma considerar, como gênero romance, apenas quatro obras do escritor em questão: *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas*. Os dois primeiros têm como plano de fundo o interior de Alagoas, já *Angústia* se passa no litoral desse mesmo estado e *Vidas Secas* em um sertão incerto. *Caetés* trata da temática do adultério e da vida cotidiana da zona urbana de uma cidade do interior. Para além de uma temática corriqueira, Graciliano Ramos conseguiu inserir, nessa obra, a complexa reflexão do existencialismo, ao retratar um drama que tem como desfecho o autoexílio dos personagens, através da culpa e de um processo punitivo através da morte.

Em *Angústia* o existencialismo também é latente, assim como o ódio que move alguns personagens e a frieza com que a morte é tratada. A finitude e o fracasso serão experimentados e rememorados nesse romance. *Vidas Secas* descreve, de forma magistral, a relação do homem com o meio, demonstrando a indignação diante da condição de

miséria em que viviam os retirantes nordestinos e a saga do nomadismo forçado diante das intempéries de seu meio. Não só as dificuldades climáticas, mas, sobretudo, as profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas foram desenhadas neste romance.

Já no romance *São Bernardo* (2007), por meio do personagem Paulo Honório, o autor aprofundou a dimensão mais psicológica de sua literatura, demonstrando os infortúnios da vida de um homem rude que se tornou próspero, bem como sua relação consigo mesmo e a necessidade de subjugar todos à sua volta. A história de Paulo Honório é a que nos interessa das narrativas graciliânicas aqui mencionadas. Em *São Bernardo*, a propriedade rural, um grande latifúndio encravado no sertão de Alagoas, dá nome ao romance, demonstrando, de antemão, a ascendência do ter (objeto) sobre o ser (pessoa).

A propriedade rural denominada de *São Bernardo* é o início e o fim das ambições do protagonista. Tudo o que o personagem faz é por ela, nela e para ela. O nome da obra remete também ao santo da igreja católica, São Bernardo de Claraval, que converteu a clausura e a vida em serviços ao próximo. Já o personagem Paulo Honório, aproveitou-se da sua prisão, decorrente de uma punição detentiva ao ferir outro homem em uma briga, para se alfabetizar e galgar a prosperidade pessoal, além de utilizar seus recursos, adquiridos por serviços diversificados, para a exploração do seu semelhante.

3 Paulo Honório, o proprietário de terras

Ao eleger o sujeito proprietário como protagonista, o romance de Graciliano Ramos problematiza a identificação do dono de terras no Brasil moderno, sujeito nacional que se realiza movido pela ambição sem limites, de modo a construir sua subjetividade a partir da experiência da dominação:

A idade, o peso, as sobranceiras cerradas e grisalhas, este rosto vermelho e cabeludo, têm-me rendido muita consideração. Quando me faltavam estas qualidades, a consideração era menor. [...] Sou, pois, o iniciador de uma família, o que, se por um lado me causa alguma decepção, por outro lado me livra da maçada de suportar parentes pobres, indivíduos que de ordinário escorregam com uma sem-vergonheza da peste na intimidade dos que vão trepando (RAMOS, 2007, p. 14).

Paulo Honório, em sua descrição, enfatiza suas características físicas, como as sobrancelhas cerradas e grisalhas, a fim de acentuar a sua história de vida, exprimindo as suas tragédias pessoais através de um rosto cheio de marcas da idade, do tempo e de rancores pessoais. Estas marcas, segundo ele, são as razões que o levaram a realização de seus objetivos, que facilitaram o empreendimento rural em que ele se deteve, tendo em vista que sem esses traços ele não seria respeitado. O personagem demonstra ter origens humildes, não conhecendo nem mesmo os pais ou outros familiares, apenas “padrinhos” (uma negra doceira e um bêbado). Ele enfatiza o desprezo por esses desconhecidos e instaura a premissa de que, com eles, não teria chegado ou conquistado os seus objetivos e bens materiais.

Ele reflete o rosto inumano, conforme categoria conceituada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), nos permitindo, dentro desse contexto, adentrar na discussão de *rostidade* criada por esses filósofos, na intenção de fazer compreender, por um outro viés, o rosto ou a identidade proprietária no Brasil:

Os rostos concretos nascem de uma *máquina abstrata de rostidade*, que irá produzi-los ao mesmo tempo que der ao significante seu muro branco, à subjetividade seu buraco negro. O sistema buraco negro-muro branco não seria então já um rosto, seria a máquina abstrata que o produz, segundo as combinações deformáveis de suas engrenagens. Não esperemos que a máquina abstrata se pareça com o que ela produziu, com o que irá produzir (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 37, grifo dos autores).

O rosto, de acordo com esses autores, constitui o primeiro traço aparente e superficial pelo qual se vislumbra uma possível identidade. Dentro de uma realidade dominante como é a que Paulo Honório implanta em suas terras, o rosto tanto pode ser tomado como um espaço das significações de poder (muro branco), como um buraco negro da subjetivação e sujeição, representado por sua consciência e por suas lembranças.

Em suas articulações teóricas, Deleuze e Guattari formularam a ideia de uma máquina abstrata que seria responsável pela rostificação de todo o corpo, de suas funções e dos objetos que os cercam. Funcionando como uma espécie de biopoder, conforme afirma Pereira (2010), ele está internalizado em diferentes camadas sociais, imperceptível por constituir o sistema silencioso de dominação, uma espécie de mecanismo que desenvolveu

seu trabalho ao longo da história da humanidade e é responsável pela tessitura das redes de conexões na sociedade.

O rosto percorre toda a história da humanidade e suas representações. Este processo de rostificação, para os filósofos franceses, começa na família e logo se generaliza nas relações interpessoais, institucionais e no imaginário coletivo, inaugurando uma nova fronteira onde o rosto passa a ser o território de novas subjetivações e significações. Para eles:

É entretanto curioso, um rosto: sistema *muro branco-buraco negro*. Grande rosto com bochechas brancas, rosto de giz furado com olhos como buraco negro. [...] O rosto não é um invólucro exterior àquele que fala, que pensa ou que sente. [...] Uma criança, uma mulher, uma mãe de família, um homem, um pai, um chefe, um professor primário, um policial, não falam uma língua em geral, mas uma língua cujos traços significantes são indexados nos traços de rostidade específicos (DELEUZE; GUATTARI, 1996. p. 36).

Além disso, o conceito de *rostidade* desses autores aponta para a possibilidade de pensar o rosto como um território de mobilidade, que migra conforme os fluxos de interação social. Entre as muitas definições etimológicas ou figuradas para a palavra território, há que se admitir, conforme Pereira (2010), que as reconfigurações geopolíticas, socioambientais e tecnológicas das últimas duas décadas ampliaram a concepção geral de lugar e tempo. O conjunto de elementos naturais e artificiais que os caracterizavam antes de forma geral, hoje são analisados conforme o ponto de vista da abordagem: o tempo com sua inconstância e impermanência nos coloca sempre no limite entre o que é real e o que é imaginário.

Na obra de Graciliano Ramos, o conceito de lugar físico (o latifúndio) se confunde com o conceito de território interior e mental do protagonista, que tenta representá-lo como objeto dinâmico, signo indivisível que o protagonista, enquanto escritor de suas memórias, tenta colocar no papel e que desvela para os leitores a complexa composição da *rostidade* do protagonista:

Há fatos que eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. Vou narrá-los porque a obra será publicada com pseudônimo. E se souberem que o autor sou eu, naturalmente me chamarão potoqueiro. [...].

[...] Digo a mim mesmo que esta pena é um objeto pesado. Não estou acostumado a pensar. [...].

Ora vejam. Se eu possuísse metade da instrução de Madalena, encoivarava isto brincando. Reconheço finalmente que aquela papelada tinha préstimo. [...].

[...] O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar algodão [...].

[...] As pessoas que me lerem terão, pois, a bondade de traduzir isto em linguagem literária, se quiserem. Se não quiserem, pouco se perde. Não pretendo bancar escritor. É tarde para mudar de profissão. (RAMOS, 2007, p. 7-33).

Nestes agenciamentos de poder, encontramos o lugar do opressor, que age precisamente por significantes, e se exerce sobre almas ou sujeitos, que, no nosso texto, são os oprimidos do latifúndio. O empregador Paulo Honório não reconhece seus “empregados” como outra consciência de si, mas apenas como instrumento de sua ação no mundo. Portanto, a autorrealização do “senhor de terras” como autoconsciência é ilusória: nem um nem outro tem sua autoconsciência afirmada, tendo em vista a existência da negação da alteridade que a relação de dominação implica.

Conforme se depreende da obra em análise, o latifúndio traz consigo a desigualdade e a opressão, como a própria expressão da “desviança do rosto do Cristo”. Assim, podemos entender o significado dessa opressão para aqueles que sofrem e são menosprezados pelo poder de posse do personagem Paulo Honório, e que remete ao pensamento dos autores Deleuze e Guattari: “Não são os sujeitos que escolhem seus rostos, mas, ao contrário, os rostos escolhem seus sujeitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 47), desterritorializando-os e reterritorializando-os de acordo com as necessidades de poder que determinam e impõem a significância e a subjetivação no sistema muro-branco/buraco-negro.

Para alcançar sua ascensão social, Paulo Honório abre mão de sua humanidade. Endurecido pelas dificuldades do meio onde vive, ele se torna violento, movido pelas paixões e alucinações, tudo para possuir São Bernardo, conforme se vê no trecho:

A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que me deram lucro. E, como sempre, tive intenção de possuir as terras de S. Bernardo, considerei legítimas as ações que me levaram a obtê-las. (RAMOS, 2007, p. 48).

A Escola de Frankfurt identifica essa mentalidade e essa ideologia com as quais se confronta a personalidade autoritária e narcisista que Paulo Honório representa no imaginário do autor literário. Para Crochik (1990), a personalidade seria mediadora entre a estrutura social (relações entre capital e trabalho) e a ideologia (conjunto de ideias, pensamentos e opiniões). A mentalidade se manifesta como concretude enquanto expressão, como a sociedade secularizada é concreção da ideologia secularista. A relação com o outro e com as coisas triangula os arranjos da mentalidade.

Neste sentido, a mentalidade proprietária de Paulo Honório tornou sua identidade fixa e inflexível, correspondente às avessas da ideologia proprietária da metrópole europeia. Segundo Welsh (2014), na Inglaterra, por exemplo, a ideia de propriedade moderna baseava-se no contrato social. Nele, a segurança da propriedade protegia-a das paixões individuais e o pensamento burguês favorecia o aparecimento do “herói passivo”, ou seja, a propriedade da terra predomina sobre os próprios sujeitos humanos.

O predomínio dos latifúndios, no período colonial, e sua permanência até os dias atuais no Brasil, foi fator determinante para legar males de origens incontornáveis. A mentalidade do proprietário de terras no Brasil não se modificou, sempre esteve fincada no absolutismo, no conflito da exploração homem a homem, enquanto a ideologia burguesa buscava o consenso aparente como forma de esconder a tensão dos conflitos. Para Sérgio Buarque de Holanda (1976):

As palavras mágicas, Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes aparato do que substância (HOLANDA, 1976, p. 134).

Nas colônias, o homem domina a terra e não o oposto, formando um verdadeiro despotismo proprietário, em que as paixões estão acima das prescrições sociais. Paulo Honório vive por causa do latifúndio, toda a sorte de condicionamentos típicos de um modelo absolutizado de domínio: a exclusão do outro, o custo de vidas humanas, a ascensão mediante meios escusos, o “ser” e o “saber” manipulado pelo “ter”. Em tempos de consolidação da modernidade tardia como demonstrado por Stuart Hall (2003), podemos observar que o desenho antropológico do homem de posses é bem preciso, assim como afirmou Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1976), ao referenciar

autarquia individual como sendo um sujeito incontido, o homem cordial, senhor de si mesmo e pouco afeito às formalidades e prescrições rituais.

Conforme descrito na obra de Graciliano Ramos, o poderio econômico de Paulo Honório, mesmo que escuso, abria-lhe as portas para o favor comprado aos outros, pois, a cidadania no Brasil não foi constituída como um direito de todos, mas como um privilégio concedido e controlado pela classe dominante:

Efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei maquinismos e não prestei atenção aos que me censuravam por querer abarcar o mundo com as pernas. Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. Costa Brito também publicou uma nota na Gazeta, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em consequência mordeu-me cem mil-réis (RAMOS, 2007, p. 49).

O Estado é encarado como uma agência promotora de lucros privados, compartilhada por um pequeno grupo de brasileiros, que estabelecem entre si uma complexa rede de relações, organizada para a manutenção de sua posição dominante, conforme se vê no seguinte trecho do romance:

Pois até logo, exclamei de chofre. A eleição domingo, hem? Entendido. Mato um... (Ia dizer um boi. Moderei-me: todo mundo sabia que eu tinha meia dúzia de eleitores) um carneiro. Um carneiro é bastante, não? Está direito. Até domingo (RAMOS, 2007, p. 38).

Nosso liberalismo não nasceu de forças igualitárias oriundas da sociedade civil, mas foi implementado pelo Estado e ocupado pelas oligarquias. Por esta razão, “sua lógica sempre foi excludente sem a criação de um Estado instituidor de direitos” (FAORO, 1994, p. 72), conforme se vê espelhado no seguinte trecho da obra:

Essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se. Na pedreira perdi um. A alavanca soltou-se da pedra, bateu-lhe no peito, e foi a conta. Deixou viúva e órfãos miúdos. Sumiram-se: um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se (RAMOS, 2007, p. 47).

A *máquina de rostidade* exclui a cidadania, não apenas o ex-escravo ou o trabalhador rural, mas os setores negativamente privilegiados também, como os educadores, representados na obra pela personagem Madalena e pelo professor Padilha, ambos tratados com desdém pelo empreendedor, dono de terras, que queria impressionar o governador do Estado, através da construção de uma escola em suas posses: “É que dinheirão! Por enquanto é apenas um bocado de leitura, escrita e conta”. (RAMOS, 2007, p. 56). Na descrição de Paulo Honório, a figura do professor era a caricatura do:

Coitado! Tão miúdo, tão chato, parecia um percevejo. – Conforme. Nem sei quanto você vale. Uns cem mil-reis por mês. Ponhamos cento e cinquenta a título de experiência. Casa, mesa, boas conversas, cento e cinquenta mil-reis por mês e oito horas de trabalho por dia. (RAMOS, 2007, p. 58).

As transformações sociais e políticas são lentas no Brasil e não podem ser explicadas com a utilização direta dos modelos de pensamento construídos na Europa. Paulo Honório é um aventureiro sem origem nobre e que só permanece na colônia, conforme analisava Holanda (2004), sem as ritualidades e hierarquias sociais da metrópole, pode ascender socialmente, ter rápido lucro nos seus empreendimentos, como um oposto ao trabalhador.

Neste sentido, entendemos que Paulo Honório não configurou um rosto para si apenas a partir de sua vontade, ele não é um rosto individual, mas coletivo, advindo de uma necessidade. Não é apenas o rosto que implica poder a seus pares, são todos os agenciamentos que são construídos a partir do rosto que constituem sua potência.

Isso se dá da mesma forma, como afirmam os autores Deleuze e Guattari, quanto a rostificação. Para eles, assim como observamos na construção do personagem Paulo Honório, a desterritorialização do rosto implica na reterritorialização do corpo e também de forma inversa. Paulo Honório, ao interagir com um quadro branco, cria para si um rosto de buracos negros e de opressores. Tendo em vista que um elemento desterritorializado serve de reterritorialização para um outro.

4 Madalena, professora e esposa de Paulo Honório

Ainda analisando os personagens do romance *São Bernardo*, podemos perceber que a personagem Madalena, esposa de Paulo Honório, entra em uma outra categoria analisada pelos filósofos Deleuze e Guattari (1997). Ela pode ser vista, metaforicamente, como uma *Máquina de Guerra*, que enfrenta, da maneira que pode, a máquina de rostificação do marido, proprietário de terras.

Madalena, que é da esfera do “ser”, da qualidade e dignidade humanas, se constitui de forma diferente de Paulo Honório, que é da esfera do “ter”, de caráter rude e egoísta, do jogo de poder, do vazio e da solidão, em que não há espaço nem para a amizade, nem para o amor. Ela representa, no imaginário do autor, os novos ventos da Revolução Liberal, firmado no trinômio da “liberdade, igualdade e fraternidade”. Mesmo ela sendo concebida pelo autor na Era Vargas, que transplantava, para o Brasil da época, legislações trabalhistas e previdenciárias tidas como “emancipadoras”, Madalena é duramente massacrada pelo poderio de seu marido.

Assim como nos países baixos impera outra ordem, a visão de mundo de Madalena entra em choque com a de seu esposo, que quis casar com ela simplesmente para conseguir um herdeiro, sendo incapaz de entender a forma humanitária com a qual a mulher via o mundo. Desta forma, ele buscou anulá-la com seu autoritarismo. Não se pode deixar de ver, na luta de Madalena, a luta de uma verdadeira “máquina de guerra”, que tenta assinalar a exterioridade em relação à autoridade hierárquica e opressora de seu marido, uma exterioridade que escapa constantemente da interiorização territorial que o aparelho proprietário exige para ser soberano.

Uma máquina de guerra relaciona-se com lutas e conflitos concretos e, conforme a relação que mantém com a guerra, quando efetiva o enfrentamento, forma uma linha de destruição. Mas, quando o Estado se apropria dela, subordina-a com propósitos políticos. Aqui se incluem os choques e lutas em favor de grandes revoluções, que, no final, tornam o poder do Estado mais aprimorado. Neste contexto, a máquina de guerra se torna instituição estatal, quando capturada.

Devido à capacidade de agenciar linhas de fuga e conectá-las ao exterior, a máquina de guerra sofre constantes e, às vezes, bem sucedidos ataques de captura por parte do sistema opressor. Todavia, cabe a ressalva de que nem toda linha de fuga é libertadora, há

linhas de fuga devastadoras, linhas de morte, destrutivas e autodestrutivas em uma máquina de guerra capturada, que se congela diante das afirmações de poder.

Arredei-me e estanquei: Madalena estava estirada na cama, branca, de olhos vidrados, espuma nos cantos da boca. Aproximei-me, tomei-lhe as mãos, duras e frias, toquei-lhe o coração, parado. No soalho havia manchas de líquido e cacos de vidro (RAMOS, 2007, p. 194).

Madalena se vê capturada pela reunião dos elementos que estruturavam o sistema de exploração econômico dos sertões brasileiros, ainda que já na modernidade: a monocultura, as reminiscências da mão de obra escrava e, sobretudo, a organização fundiária a partir de grandes propriedades. Excluído do mundo dos “letrados”, do qual Madalena e a figura do professor são representantes, Paulo Honório esconde sua fragilidade na truculência de seu poder. Sua visão de mundo fica totalmente centrada em uma relação de poder entre “opressor” e “oprimidos”.

Taxada de infiel e “subversiva”, Madalena não conseguiu resgatar Paulo Honório de sua desumanidade. Abandonado, sem esposa e amigos, Paulo Honório se refugia na Fazenda São Bernardo, começo e fim de suas ambições. “Aquilo era meio de vida, não era meio de morte” (RAMOS, 2007, p. 197).

5 Considerações finais

A representação literária trazida por Graciliano na obra em comento importa numa análise salutar sobre os tipos sociais brasileiros modernos. A perspectiva filosófica de Deleuze e Guattari proporcionou, aqui, uma perspectiva inédita e livre de estereótipos sobre as diversas identidades existentes no nosso país, desde a época moderna.

A história de um homem rude que galga o poder, mesmo sob a égide de meios ilícitos, e de uma professora, que se torna sua esposa, atravessa toda a trama literária, de forma a confrontar mentalidades ideologicamente divididas, ainda que unidas por laços intencionais do autor.

Retornando à leitura que fizemos das categorias deleuze-guattarianas, observamos que a literatura de Graciliano Ramos se desincumbiu de denunciar as desigualdades e as incongruências das identidades sociais do Brasil moderno.

Paulo Honório é o modelo do rosto absolutizado, que bastava a si mesmo. Ele é uma típica figura “autárquica” da América brasileira, cuja ascensão social dependia mais da corrupção, violência e meios fraudulentos do que de outros métodos. Madalena, típica representante da esfera do ser, constituiu a máquina de guerra vencida, mas não derrotada.

Referências

- CROCHIK, José Leon. A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 141-154, dez. 1990.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Ano Zero: Rostidade. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 3. São Paulo: 34, 1996. p. 31-62.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 5. São Paulo: 34, 1997. p. 11-110.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. São Paulo: Globo, 1994.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- PEREIRA, Flávia Mutran. Bioshots: autorretratos em territórios móveis. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 19, 2010, Cachoeira-BA. **Anais [...]**. Cachoeira-BA: ANPAP, 2010, p. 1222-1229.
- RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 85. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- WELSH, Alexander. **The hero of the Waverley novels: with new essays on Scott**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2014.